

Fazer Estado e (é?) fazer vulnerabilidades¹

Lucia Sestokas (PPGAS/UNICAMP)

Neste paper exponho uma situação etnográfica que toca o tema de mestrado que desenvolvo atualmente, em que busco analisar como agentes e instâncias de diferentes aparelhos de Estado, notadamente do Judiciário e da Polícia Federal, compreendem e constroem categorias judiciais e migratórias, as quais produzem e são produzidas por atributos de gênero, raça, classe e nacionalidade. Entrelaçadamente, destaco brevemente algumas questões e debates teóricos suscitados por essa situação, sem no entanto pretender esgotar as indagações que daí surgem, deixando indicados alguns pontos que necessitam de maior reflexão e aprofundamento.

A situação etnográfica em questão se fez na ocasião em que fui acompanhar Rosa² na audiência de seu processo criminal. Digo que a situação etnográfica se fez pois, à princípio, não pretendia descrever este episódio ou utilizá-lo em minha pesquisa. Fruto de uma inquietação que ainda carrego, buscava com isso uma separação entre relações de amizade e de trabalho ou de pesquisa. Contudo, o episódio me remeteu a diversos temas tratados pelo debate teórico acerca da construção da noção de vulnerabilidade.

A primeira questão suscitada a partir desse episódio foi justamente a dúvida sobre como tratá-lo. Me remeto aqui uma das questões levantadas por Silvia Aguião sobre as relações entre “movimento social”, “gestão governamental” e “academia”. Aguião levanta o questionamento sobre “o que pode ser considerado como material de campo” e “onde e como estabelecer essa fronteira” (Aguião, 2014, p.119). Se ela se preocupava em “como negociar a utilização do material oriundo de uma “consultoria” ou “assessoria” como fonte para pesquisa” (Ibid), eu me deparei com o questionamento sobre como utilizar materiais oriundos de relações que não estão restritas às profissionais ou de pesquisa. Como delimitar fronteiras entre relações de trabalho, de amizade e de pesquisa quando elas se corram, uma vez que muitas vezes as mesmas pessoas estão envolvidas em todas essas esferas? Ou ainda, como conciliar afeto e pesquisa?

Essas questões me foram colocadas quando, enquanto sentada em uma das cadeiras destinadas ao público, o juiz da audiência dirigiu-se a mim perguntando quem era eu. Foi a primeira vez que

¹ VI Enadir, GT 2 “As práticas e as representações acionadas em audiências e atos judiciais no sistema de justiça”.

² Não utilizo o nome real de Rosa como forma de proteger sua identidade.

assisti a uma audiência sem estar representando uma instituição³. Respondi, sem saber qual outra resposta seria cabível para definir minha relação com Rosa, que era amiga dela. “É parente?”, ele insistiu. “Não.” “É estagiária de direito?” “Não.” “Já se identificou?” Nesse ponto a escritã interrompeu e disse que sim, mesmo sabendo que eu não havia me identificado e que nenhuma informação sobre mim ou sobre minha presença havia sido solicitada antes da entrada do juiz na sala. Somente depois das perguntas o juiz tomou assento e deu início à audiência.

Trazendo a ligação proposta por Foucault entre saber e poder, o importante naquele espaço não era determinar se as produções discursivas e efeitos de poder levam a formular verdades ou mentiras, mas revelar a “vontade de saber” (Foucault, 1988, p.16), servindo ao mesmo tempo de suporte e instrumento. Quem eu era importava menos do que o questionamento sobre a minha presença ali.

Contudo, a necessidade de me identificar naquele espaço me questionou não somente sobre a “vontade de saber”, mas me posicionou de alguma forma nas relações que carregava ali. Me lembrei de como, na tese de Paula Togni, o termo “amiga” surgia (muitas vezes entre aspas) para fazer referência a ela própria em relação a algumas pessoas que apareciam em seu texto. Togni aponta como a interpretação daquela/e que faz etnografia é afetada por suas experiências no trabalho de campo. É, nesse sentido, necessário pensar “as delimitações do campo e as noções de distância, lugar e alteridade” (Togni, 2014, p. 32). Tanto as experiências no decorrer da vida têm consequências na forma de analisar e interpretar o campo, quanto os encontros, em contextos e temporalidades específicas negociam e ressignificam dinâmicas das noções de distância e alteridade, deslocando as categorias estranho/familiar e estrangeiro/nativo (Ibid, p. 33). Togni relata que, quando voltou ao Cacém, depois de visitar no Brasil algumas das famílias das pessoas com quem dialogava em Portugal, tinha sido convertida na “amiga escritora”. Qual seria o momento dessa transição? “Será que depois de ter ido às casas de suas famílias? De ajudá-las(os)

³ Até aquele momento, sempre estive presente nos Fóruns Criminais em decorrência de minha participação em alguma instituição. Seja enquanto estudante da USP, quando fomos assistir a um tribunal de júri enquanto turma da matéria de Antropologia do Direito, seja enquanto trabalhadora da ong ITTC, quando acompanhar audiências muitas vezes fazia parte do nosso trabalho. Por isso, quando Rosa me pediu para acompanhá-la à audiência, busquei me informar se eu poderia estar presente naquele espaço, mesmo sem ser familiar ou advogada. Descobri que o Código de Processo Penal prevê em seu artigo 792 que "As audiências, sessões e os atos processuais serão, em regra, públicos e se realizarão nas sedes dos juízos e tribunais, com assistência dos escrivães, do secretário, do oficial de justiça que servir de porteiro, em dia e hora certos, ou previamente designados".

com os processos de legalização? Por compartilhar segredos e mantê-los em Mantena? Ou ainda por sair à noite (...) e compartilhar o quarto com elas/eles?” (Ibid, p. 66), questiona a autora. Acredito que pela soma de todas estas variáveis, conclui. A posição nas relações que permeiam o trabalho de campo é e deve ser objeto de constante análise, já que muitas vezes constitui o próprio meio através do qual se acessa o campo.

Uma segunda questão com a qual me deparei diz respeito à produção de Estado na produção de documentos, seja em formato de papel ou não. Assim como no caso da polícia, apontado por Laura Lowenkron e Leticia Ferreira (Lowenkron e Ferreira, 2014, p. 78), uma parte crucial do trabalho do Judiciário é documentar suas ações. Como colocam as autoras, uma das tarefas que a antropologia encara sistematicamente é repensar a construção de seus objetos e a seleção de artefatos a partir dos quais etnografias são construídas (Ibid, p. 77). Entendendo documentos como artefactos paradigmáticos de práticas de conhecimento modernas, uma das atividades antropológicas da prática etnográfica consiste em acessar documentos produzidos por seus interlocutores. A análise do documento etnográfico no contexto em que é produzido, circulado e arquivado oferece, de acordo com as autoras, um olhar privilegiado do ato de documentação (Ibid, p.78).

Trazendo a idéia de convenções narrativas de Gregori, Nadai propõe analisar os enredos, grafias e termos que dão corpo aos papéis, atentando aos múltiplos engajamentos afetivos que os crimes afloram no cotidiano do atendimento e escrita (Nadai, 2016, p.68). Assim como propõe Larissa Nadai, “a produção dos papéis oficiais (...) não está desconectada nem das profissionais que os produziam (...) nem dos espaços e das dinâmicas de trabalho a partir das quais eles eram produzidos” (Ibid, p.67).

Logo que entramos na sala de audiência, Rosa se encaminhou para a cadeira vaga à direita, lugar da/o ré/u, ao lado do tradutor e em frente à defensora. Perpendicular a elas, estava a mesa dividida pela escritã e pelo juiz. Ao lado do juiz, em uma mesa separada, encontrava-se o promotor. Logo que sentou, a escritã pediu à Rosa que se posicionasse virada para a câmera, pois a audiência seria gravada. Em uma breve pesquisa posterior, descobri que as gravações de

vídeo e áudio estão sendo utilizadas como alternativas à documentação em papel, como suporte ou como complemento a ela⁴.

A seguir, começa a confirmar os dados que constavam no processo, com a ajuda do intérprete. É a escritã que documenta toda a audiência em papel, que inscreve os dados de Rosa, sua história, sua sentença. Depois de terminada a audiência, são esses papéis que serão impressos e assinados pelo juiz, pelo procurador, pela defensora, por Rosa e pelo tradutor, nessa ordem.

É possível assim pensar assim não em Estado como “uma dada unidade coesa” (Aguião, 2014, p.115), mas em “processos de criação e recriação de morfologias do Estado-governo” (Ibid). Passam a ser objetos de análise quais as formas de administração acionadas para determinados segmentos em detrimento de outras (Ibid), como o Estado encarna nas práticas e enunciados, como ele “se movimenta e se produz” (Ibid).

É possível ainda pensar que as instituições estatais não são entidades separadas entre si, mas porosas. Como aponta Natália Padovani em sua tese doutoral, a produção de cartas se destaca como uma das práticas que tornam porosas as fronteiras da prisão. Cartas, diz a autora, “(como os visitantes) são vasos comunicantes que modelam prisão e mundão” (Padovani, 2015, p.115). Trazendo Feltran, Padovani argumenta que “fronteira, por mais que mantenha o sentido de divisão, é antes “uma norma de regulação dos fluxos que atravessam”” (Feltran, 2001, p. 15 Apud Padovani, 2015, p. 115). Utilizo aqui a seguir a idéia de fronteira para compreender as divisões entre agências estatais.

Finda a audiência, nos encaminhamos à Central de Penas e Medidas Alternativas à qual Rosa deveria reportar-se dali até o final de sua pena. Rosa entrou na sala para conversar com a assistente social enquanto aguardávamos na sala de espera. Condenada a cumprir pena alternativa, além de pagar uma sanção monetária em forma de multa, Rosa deveria informar à assistente social informações como quais atividades sabe executar, qual seu local de moradia e de quanto tempo livre dispõe na semana. Dessa forma se pretende encontrar uma atividade considerada como mais apropriada para cumprir sua prestação de serviço.

⁴ Como consta em [portal](#), a gravação é vista como forma de promover celeridade e transparência à audiência. Ainda, a gravação permite que sejam documentadas a linguagem corporal da/o ré/u e de testemunhas, assim como suas falas. Esses fatores podem assim ser considerados como objeto de análise do processo.

Nesse ponto, é impossível não recordar de Veena Das narrando a importância do trabalho de assistentes sociais na produção do Estado indiano. Colocando como seu trabalho se entrelaçava com e entrelaçava as idéias de salvação e condenação das mulheres “resgatadas”, ela aponta a autoridade estabelecida no trabalho de assistentes sociais. São elas que podem (no sentido de têm o poder de) atestar sobre a “psicologia das mulheres sequestradas e resgatadas” (Das, 1995, p.73), muitas vezes atribuindo a uma falsa consciência e ao medo do retorno a recusa de algumas mulheres de serem levadas de volta às suas famílias. A autora aponta como a aliança entre o estado e a profissão de assistentes sociais é construída com base em uma “doutrina do melhor interesse”. Ou seja, uma “preocupação abstrata com justiça, punição da culpa e proteção da honra da nação” que compreende um discurso nacionalista heróico desconsiderante dos sentimentos das próprias mulheres (Ibid, p.73) .

No caso de Rosa, é a assistente social que atribuirá a atividade, os horários e o local em que Rosa deverá cumprir sua pena, assim como reportará ao juiz sobre o cumprimento de sua pena. É a assistente social que tem o poder de designar uma atividade interessante, um horário e um local que permita a pessoa em questão manter o mínimo de sua rotina. É ela também que aceitará ou não os documentos apresentados para comprovar o cumprimento de pena, antes de enviá-los para o juiz.

Em um dado momento, Rosa veio à porta e me pediu para auxiliá-la a preencher um formulário. Fui com ela até o guichê onde se encontrava a assistente social, que nos explicou no que consiste o formulário. Enquanto preenchíamos, a assistente folheava a sentença de Rosa. “Do que é o processo?”, ela pergunta. Rosa olha para mim e responde baixinho “Tráfico.” “Ah, então é por isso que a sentença é alta.” Depois de alguns segundos, ela emenda “Eles te obrigaram a levar a droga, foi?”.

Com essa pergunta, se materializa um dos temas que considero como centrais na situação etnográfica descrita: a construção da categoria de vulnerabilidade articuladamente com gênero, raça, classe, nacionalidade, etc. Assim como propõe autoras do feminismo pós-colonial, a idéia de uma “mulher do terceiro mundo” é construída conjuntamente com uma idéia de vulnerabilidade. A assistente social ali esperava ver uma “mulher estável, padronizada, com

escassa educação, limitada pelas tradições, voltada para a domesticidade e para a família e vitimizada” (Piscitelli, 2013, p.379).

Me recordei de Lila Abu-Lughod, ao falar sobre o uso do véu e de outras formas de cobertura por mulheres muçulmanas, dizendo que “não fosse um caso de homens muçulmanos oprimindo mulheres muçulmanas - mulheres em relação às quais elas [mulheres ocidentais] poderiam sentir pena e se sentir soberbamente superiores”, não seria igualmente fácil mobilizar tantas mulheres americanas e européias (Abu-Lughod, 2012, p. 459). O estranhamento produzido pela idéia de uma mulher envolvida em um crime com uma sentença tão alta vêm do deslocamento da idéia de gênero, assim como de outros fatores, construída até ali. O envolvimento de Rosa com o tráfico só poderia então ser decorrência da ação coercitiva de homens. Como aponta Chandra Mohanty, o conceito de “mulheres do terceiro mundo” é muitas vezes utilizado no discurso feminista ocidental para referir-se às mulheres como vítimas da violência masculina, vítimas do processo colonial, vítimas do processo de desenvolvimento econômico, etc (Mohanty, 2008 [1984], p. 6).

Adriana Piscitelli traz a importância dos estudos sobre mercado do sexo contemporâneos para a crítica pós-colonial. Seu caráter transnacional, as noções de exotismo do passado colonial, a subalternização das mulheres e de suas possibilidades de agência e o caráter dos discursos feministas que analisam esses mercados são abordados por essa crítica. Como aponta Piscitelli, as formulações do feminismo pós-colonial foram essenciais para “desestabilizar esse modelo de homogeneização mediante uma análise que leve seriamente em conta a agência/agency” (Piscitelli, 2013, p.379). Esse campo ofereceu ainda “férteis contribuições para a teoria social mediante o trabalho com as articulações entre gênero, sexualidade, raça, etnicidade e estratificações baseadas na nacionalidade e uma leitura nuançada das operações das relações de poder” (Ibid, p. 380).

É nesse sentido que Avtar Brah propõe que “a análise das interconexões entre racismo, classe, gênero, sexualidade ou qualquer outro marcador de “diferença” deve levar em conta a posição dos diferentes racismos entre si” (Brah, 2006, p. 331), chamando a atenção para a problemática da subjetividade e identidade para compreender a dinâmica de poder da diferenciação social. Ainda que não se possa dizer que processos de racialização possam ser idênticos, a binarização entre branco e não branco “construiu a equivalência e similaridade de experiência, na medida em

que [as “pessoas de cor”⁵] enfrentavam práticas de estigmatização, inferiorização, exclusão e/ou discriminação em arenas como emprego, educação, moradia, meios de comunicação, sistema de justiça criminal, aparato de imigração e serviços de saúde”.

A construção da categoria de vulnerabilidade não pode ser desconectada dos processos de racialização das posições de classe, gênero e nacionalidade. Como apontam Laura Lowenkron e Adriana Vianna, “noções como “vulnerabilidade” e “vitimização” são atributos mais valorizados nas “geografias generificadas de poder” do mundo globalizado” (Lowenkron e Vianna, 2017, p. 46). Para melhor compreender o papel de gênero⁶ na criação, transformação e fortalecimento de espaços transnacionais⁷, Sarah Mahler e Patricia Pessar propõe a idéia de geografias generificadas do poder (Mahler e Pessar, 2001, p. 442). Entendendo geografias como escalas espaciais e sociais múltiplas, que vão desde o corpo até o Estado, as autoras defendem que noções e relações de gênero são nelas reafirmadas e/ou reconfiguradas (Ibid, p. 445).

O “duplo fazer do gênero e do Estado” (Lowenkron e Vianna, 2017) é apontado por Lowenkron e Vianna como uma dinâmica mutuamente produtiva entre ambos na qual as “dinâmicas, práticas e imaginações generificadas que nos atravessam e à vida social como um todo não circulam ou existem fora do Estado, mas nele e por ele se tornam viáveis” (Ibid, p. 2). Há aqui um trabalho contínuo de produção de categorias oficiais simultaneamente à produção de “corpos, relações, afetos e sujeitos como (in)desejáveis e in(in)teligíveis” (Ibid, p. 3). A categoria de vulnerabilidade não escapa a essa dinâmica.

⁵ Opto por deixar o termo entre aspas, assim como faz a autora..

⁶ As autoras propõe um entendimento de gênero não como um conjunto de estruturas e papéis estáticos, mas como um processo contínuo experienciado através de instituições sociais desde a família até o estado (Ibid, p.443). Gênero não é, contudo, o único eixo de poder em torno do qual flui poder e hierarquia. Como apontam as autoras, diferenciações de raça, etnia, classe, nacionalidade e outras identidades também têm papel conjuntamente com gênero.

⁷ Mahler e Pessar propõe ainda uma análise sobre o termo “transnacionalidade”. Enquanto “global” serve para descrever processos descentralizados de territórios nacionais específicos acontecendo em uma esfera global, “transnacional” diz respeito a processos ao mesmo tempo ancorados e transcendendo uma ou mais nações-estado. Transnacional serve assim para descrever “processos políticos, econômicos, sociais e culturais para além das fronteiras de um estado em particular, incluindo atores que não são o Estado, mas são moldados pelas práticas políticas e institucionais estatais” (Schiller, 1999, p. 96 Apud Mahler e Pessar, 2001, p. 443). Esses processos estão ancorados em histórias e lugares específicos. Trazendo Guarnizo e Smith, as autoras explicitam que para compreender como as pessoas se comunicam através de fronteiras, é necessário compreender onde e como elas estão situadas, principalmente no que toca possibilidades de acesso à comunicação.

Aguião aponta que decisões pragmáticas e objetivas como por exemplo “fixar identidades em um formulário para dar prosseguimento a qualquer encaminhamento burocrático” (Aguião, 2014, p. 120) não deixam espaço para hesitação crítica. Nesses momentos, diz a autora, “uma reflexão crítica têm mais chance de causar paralisia do que contribuições praticamente positivas” (Ibid). Inspirada nessas inquietações, me peguei pensando em como a categoria de vulnerável têm impactos materiais objetivos nas vidas de algumas mulheres. Ao mesmo tempo em que ela serve para fazer e reforçar atributos de gênero, raça, classe, nacionalidade, sexualidade, etc, assim como para produzir práticas de governo sobre determinados corpos, ela provê algumas possibilidades de melhores condições de vida. É a partir da articulação de vulnerabilidade, por exemplo, que se pode ter acesso à categoria de hipossuficiência econômica, que por sua vez possibilita a isenção de taxas para a emissão de documentos ou mesmo de pagamentos de dias-multa. É possível, então, abolí-la enquanto estratégia para acessar benefícios e direitos? Quais outras estratégias são possíveis para garantir tais melhorias a curto ou médio prazo? São essas questões, além de muitas outras, que permanecem e que acredito que devem ser repensadas continuamente ao longo da pesquisa que buscarei desenvolver.

Bibliografia citada

Abu-Lughod, Lila. “As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto/2012.

Aguião, Silvia. “Produzindo o campo, produzindo para o campo: um comentário a respeito das relações estabelecidas entre ‘movimento social’, ‘gestão governamental’ e ‘academia’”. In Castilho, S.R.; Teixeira, C.; Souza Lima, A.C. *Antropologia das Práticas de Poder: Reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2014.

Brah, Avtar. “Diferença, diversidade, diferenciação”. *Cadernos Pagu* (26), 2006.

Das, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. Oxford University Press, 1995.

Foucault, Michel. *História da Sexualidade vol. 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

Lowenkron, Laura; Ferreira, Letícia Carvalho de Mesquita. “Anthropological perspectives on documents: Ethnographic dialogues on the trail of police papers”. In: *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, Brasília, ABA, v. 11, n. 2, July-December, 2014, p.75-111.

Mahler, Sarah and Pessar, Patricia. “Gendered Geographies of Power: Analyzing Gender Across Transnational Spaces”. *Identities*, vol. 7(4), 2001.

Mohanty, Chandra. “Bajo los ojos de occidente. Academia Feminista y discurso colonial”. Liliana Suárez Navaz y Aída Hernández (editoras): *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*, ed. Cátedra, Madrid, 2008 [1984].

Nadai, Larissa. *Entre estupros e convenções narrativas: os Cartórios Policiais e seus papéis numa Delegacia de Defesa da Mulher (DDM)*”. *Horizontes Antropológicos*, ano 22, n. 46, Porto Alegre, ago./dez, 2016, pp. 66-96

Padovani, Natália Corazza. *Sobre casos e casamentos: Das redes de afetos e dos relacionamentos amorosos através das penitenciárias femininas das cidades de São Paulo e Barcelona*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

Piscitelli, Adriana. “Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil”. *Contemporânea*, vol. 3, nº2, 2013.

Togni, Paula. *A Europa é o Cacém. Mobilidades, gênero e sexualidade nos deslocamentos de jovens brasileiros para Portugal*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Instituto Universitário de Lisboa, 2014.

Vianna, Adriana e Lowenkron, Laura. “O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens”. *Cadernos Pagu* (51), 2017.